

**Cultura e turismo: imagem dos índios Tupinambá sobre Olivença**  
Culture and tourism: imagery of the Tupinambá indians concerning Olivença  
*Cultura y turismo: imagen de los indios Tupinambá sobre Olivença*  
Ailson Oliveira Pinhão\*  
Salvador D. P. Trevizan\*\*

Recebido em 22/03/2005; revisado e aprovado em 21/05/2005; aceito em 18/08/2005.

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivo identificar a imagem dos índios Tupinambá sobre Olivença, município de Ilhéus (BA), no intuito de oferecer subsídios para um planejamento turístico ambientalmente sustentável, nas dimensões culturais e nos seus aspectos naturais. Nesse sentido, procurou-se verificar o conhecimento que os índios têm sobre a história, o significado social, as potencialidades turísticas e a imagem mental do local. Através de entrevistas feitas a membros da comunidade indígena, evidenciou-se que, apesar das mudanças resultantes da apropriação do espaço para a especulação imobiliária, da queda do fluxo de turistas, dos impactos sobre os aspectos naturais, econômicos e culturais do ambiente e dos problemas associados à centralização das decisões administrativas, os índios ainda se identificam com o local e alimentam um amor por ele. Isto ocorre porque a imagem que fazem do local está relacionada à sua história e ao elo afetivo que têm com os antepassados que ali residiram. O respeito ao imaginário indígena e às características naturais passa a ser um fator relevante a se considerar no planejamento turístico visando o desenvolvimento local sustentável.

**Palavras-chave:** Planejamento turístico; Tupinambá; desenvolvimento local sustentável.

**Abstract:** This paper aims to identify Tupinambá Indian imagery concerning Olivença in the municipality of Ilheus, Bahia, Brazil with the intention of offering factors for the planning of sustainable environmental tourism with cultural and natural dimensions. With this in mind, the knowledge of the Indians as to history was verified, the social significance, the tourist potential and the mental image of the place. Interviews were carried out with members of the indigenous community and this brought out that in spite of changes resulting from the appropriation of space for real estate speculation, the fall in the flow of tourists, the impacts on economical, cultural and natural aspects of the environment and of problems associated to the centralization of administrative decisions, the Indians still identify themselves with the place and nurture a love for it. The is so because the image that they have of the place is related to their history and to the link of affection they have with their ancestors that lived there. Respect for the indigenous concept and for natural characteristics become a relevant factor to be considered in the planning of tourism, aiming at sustainable local development.

**Key-words:** Planning of tourism; Tupinambá; sustainable local development.

**Resumen:** El presente estudio tiene como objetivo identificar la imagen de los indios Tupinambá sobre Olivença, municipio de Ilhéus (BA), con el designio de ofrecer subsidios para una planificación turística ambientalmente sostenible, en las dimensiones culturales y en sus aspectos naturales. En ese sentido, se buscó verificar el conocimiento que los indios tienen sobre la historia, el significado social, las potencialidades turísticas y la imagen mental del local. A través de entrevistas hechas a miembros de la comunidad indígena, se evidenció que, a pesar de los cambios resultantes de la apropiación del espacio para la especulación inmobiliaria, de la disminución del flujo de turistas, de los impactos sobre los aspectos naturales, económicos y culturales del ambiente y de los problemas asociados a la centralización de las decisiones administrativas, los indios aún se identifican con el local y alimentan un amor por él. Esto ocurre porque la imagen que hacen del local está relacionada a su historia y al enlace afectivo que tienen con los antepasados que allí residieron. El respeto al imaginario indígena y a las características naturales pasa a ser un factor relevante a considerarse en la planificación turística visando el desarrollo local sostenible.

**Palabras clave:** Planificación turística; Tupinambá; desarrollo local sostenible.

## Introdução

O conhecimento que se tem da imagem de uma comunidade ou de um grupo social sobre seu lugar constitui uma possibilidade para se desvendar os significados e entender a história, as manifestações culturais, o modo de vida, os costumes, os hábitos, enfim, tudo o que contribui para a formação de uma identidade local. Uso e hábito reunidos, diz Ferrara (1999), constroem a imagem de um lugar. Trata-se da imagem

mental que se constrói, não apenas com os sentidos, mas a partir da vivência total do ser humano. No dizer de Merleau-Ponty (1996; 1980), é através da existência que se percebe o mundo. Segundo ele, não se percebe só com os sentidos, mas também com a psique, com a razão... É uma percepção com todos os aspectos do ser.

Para Lynch (1997, p. 5 e 99), “uma boa imagem ambiental oferece a seu possuidor um importante sentimento de segurança emocional”. E acrescenta: “em se tratando

\* Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)-BA (ailsonoliveira@hotmail.com).

\*\* PhD em Sociologia pela University of Wisconsin - Madison, U.W., Estados Unidos. Professor do Departamento Ciências Agrárias e Ambientais da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)-BA. Rodovia Ilhéus-Itabuna, Km 16, Salobrinho, Ilhéus-Bahia. CEP: 45662000. Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais (DCAA) (salvador@uesc.br).

da análise de determinada área, deve-se levar em conta sua história, seu significado social, suas funções e mesmo seu nome...a imagem de uma determinada realidade pode variar significativamente entre um observador e outro”.

A identificação da imagem que a comunidade tem sobre seu local, e o envolvimento responsável da comunidade torna-se imprescindíveis para o planejamento turístico sustentável, aquele que garante a conservação do patrimônio cultural e natural. Sem esse domínio, os setores público e privado que planejam e investem no empreendimento turístico correm o risco de entrarem em confronto com a imagem da comunidade sobre o local, refletindo-se em conflitos sociais e insucesso no empreendimento turístico.

Partiu-se do pressuposto de que a maneira como as pessoas vêem o lugar interfere, em parte, na forma como os indivíduos se relacionam com ele. Se a relação for afetiva e o comportamento revelar o amor pelo local, pode prevalecer a alma do lugar. Isto reforça a tese de Yazigi (2001, p. 45), quando diz que “o homem apaixonado pelo meio cria a alma do lugar (...) quando amamos um lugar temos de lutar a todo custo para que não se degrade e nos faça crescer com ele”.

A imagem ambiental relacionada ao turismo tornou-se um fenômeno de interesse recente como objeto de estudo. Até há pouco tempo, as atenções voltadas ao turismo se concentravam, predominantemente, numa faceta do mercado do turismo: o visitante. Isto se justifica porque, como observam alguns estudiosos do fenômeno turístico, tais como Krippendorf (2001) e Silva (2001), o turista representa o mercado. Entretanto, pouco se conhece sobre os interesses da comunidade local e, conseqüentemente, sobre a interação turismo/mundo-vivido.

A compreensão cognitiva do espaço geográfico liga-se, também, à compreensão do componente psicológico, argumenta Oliveira (1977). Noções de psicologia ambiental tornam-se relevantes quando se trata de entender a imagem e comportamento dos indivíduos do local. Conforme explica Ferrara (1999), a percepção ambiental que dela têm os usuários de um local se concretiza pela captação e registro da imagem que observam e, a partir disso, pela associação e inferências que fazem

das imagens. Através da comparação entre imagem e comportamento, é possível identificar a existência de compatibilidade ou incompatibilidade na maneira como a comunidade indígena constrói a imagem e se comporta em relação ao local e ao que é feito do local.

Tendo em vista essas considerações, procurou-se, verificar a imagem mental que os índios têm do local, pois, tal imagem resulta de como são percebidos por eles os vários espaços e elementos que constroem os espaços (elementos materiais, não materiais e humanos) que compõem o local, e acaba definindo, em grande parte, o comportamento dos índios em relação a esses espaços e seus elementos, dentre os quais se incluem outras categorias sociais, além dos indígenas, que hoje formam a comunidade ou que visitam o local, particularmente, os turistas. Para tanto, observou-se qual é a relação histórica que os índios estabelecem entre eles e o local, que elementos do espaço local são destacados e qual é o significado (o que representam) que tais elementos representam para o grupo. Além disso, observou-se a percepção que o grupo tem em relação ao turista e às potencialidades locais para o turismo, visando subsidiar a elaboração de um planejamento turístico com sustentabilidade para o local, já que Olivença, situada no Município de Ilhéus, vem sendo palco de interesse para o turismo municipal.

Os dados empíricos foram obtidos através de roteiro de entrevista, feita diretamente a membros representativos daquela comunidade indígena no decorrer do ano 2004. Consideraram-se como membros representativos àqueles que participam da diretoria ou exercem alguma influência entre seus pares. Consideraram-se seus depoimentos referentes a elementos do patrimônio natural e cultural do local. Simplificadamente, Barreto (2000) define o primeiro como sendo as riquezas que estão no solo e no subsolo. Levando em conta essa definição para o caso em estudo, consideraram-se os depoimentos em relação aos mananciais de água e à praia. Como patrimônio cultural, estariam, segundo a mesma autora, os bens tangíveis e os intangíveis, tais como hábitos de vida, usos e costumes, crenças e forma de vida cotidiana. No caso estudado, destacam-se depoimentos sobre seus antepassados, sua religiosidade e festividades. Para

efeito de compreensão, utilizou-se do procedimento interpretativo, uma vez que a imagem mental é um produto da cultura que, por se entender como Geertz (1989), se trata de uma ciência interpretativa.

### Histórico do Lugar

A Estância Hidromineral de Olivença está situada no KM 17 da Rodovia Ilhéus-Canaieiras, Sul do município de Ilhéus pela BA 001. Possui, segundo os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2000), uma população de 15.815 habitantes, sendo que 14.307 residem na zona rural e 1.508 habitam a zona urbana.

Do total de habitantes do local, constatou-se que existem 4.300 cadastrados pela Associação Cultural e Ambientalista dos Índios Tupinambá de Olivença, morando em 22 comunidades, numa área de 92 Km<sup>2</sup>. A maioria deles trabalha para fazendeiros da região. Mas, relatam os índios, existem outros que não quiseram se identificar, talvez por medo da discriminação por parte dos brancos.

Com base em relatos dos Tupinambá, Olivença foi uma das maiores aldeias indígenas do litoral sul da Bahia. Na aldeia viviam índios da etnia Tupinikin e alguns outros trazidos para o aldeamento. Vieram também os índios Camacan e, alguns séculos depois, os Pataxó.

Barbosa (2003, p. 133) lembra que o agrupamento indígena local, fundado pelos jesuítas, no século XVI, era constituído de índios tupiniquins, guerens e pataxós, e media cinco léguas de frente a fundo. Em 1755, a antiga missão foi elevada à categoria de vila com a denominação de Nova Olivença.

Segundo os próprios Tupinambá, depois de criado o aldeamento jesuítico muito índios começou a buscar as matas para não caírem na escravização. Os Jesuítas, por sua vez, forçaram a mudança da cultura dos índios, botando-os para morar em famílias "tradicionais" e não mais em comunidade, passando cada um a ter sua casa, ao redor da igreja central.

Em 1800, informa-se no documentário Comunidade Tupinambá (2002), a vila tinha status de município, com câmara de vereadores, quase exclusivamente composta por brancos. Entretanto, segundo relata Couto

(2001), em 1805, o povoado era formado de mais ou menos mil habitantes. Todos os moradores eram índios, com exceção apenas de quatro portugueses: o padre, o escrivão e dois negociantes. Até o final do século XIX, a vila era uma localidade habitada quase exclusivamente por índios e, em 1911, fica anexada a Ilhéus na condição de distrito (p. 52).

Na condição de distrito, Olivença passa a atrair fazendeiros, novos proprietários de terras. Dá-se a ocupação territorial para especulação imobiliária, iniciando-se um processo de degradação do ambiente cultural da comunidade indígena local. A terra que, enquanto espaço indígena não tinha valor de mercado por ser um espaço para os índios desenvolverem sua cultura, plantar a mandioca, fazer seu artesanato e circular, passou a ser objeto de interesse do mercado. Como descreve Couto,

Os fazendeiros da região, assim como várias autoridades em Ilhéus, não estavam preocupadas com o desenvolvimento da antiga vila. Não havia preocupação com a melhoria das condições de vida dos antigos moradores, mas em transformar o local em zona de veraneio (p. 52).

Com a constatação de que as águas do local eram medicinais, contendo ferro e iodo magnésio e tidas como milagrosas, surge o turismo em Olivença. O local transforma-se, em 5 de julho de 1962, por decreto do governador Juracy Magalhães, em Estância Hidromineral (VINHAES, 2001, p. 319). Assim, aquele lugar passa a ser regido como autarquia, com o administrador nomeado pelo governo do estado da Bahia e com autonomia para gerir os recursos junto com a comunidade, para o incentivo do turismo e para facilitar a construção do balneário turístico.

Os relatos dos Tupinambá evidenciam que os administradores, ao longo dos anos, centralizaram as decisões. O interesse da Administração, na melhoria daquele espaço, em termos turísticos, entra em choque com o que pretendia a comunidade local, resultando na marginalização dos índios.

Neste início do século XXI, a Estância Hidromineral de Olivença passa por um momento de busca de superação da estagnação turística, através dos seus atrativos como as praias e o balneário, e recomposição da perda cultural, já que os indígenas perderam a língua, as crenças, muitos costumes e hábitos.

Nos dias atuais, alguns sinais de benefícios na comunidade indígena se apresentam como indicadores de retro-alimentação da sua cultural: o reconhecimento dos Tupinambá, pela oficialidade, no dia 15 de maio de 2002; o ensino da língua tupi para os índios e filhos de índios, ministrado por professores da Universidade Federal da Bahia (UFBA), nos turnos matutino e noturno, como forma de recuperação da língua indígena; bem como a presença recente do presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na comunidade, assumindo o compromisso de demarcar as terras dos Tupinambá. Essa retomada da identidade indígena para o local pode significar, da parte da sociedade, o respeito a uma minoria étnica em extinção e, da parte da comunidade local, a abertura de uma alternativa de desenvolvimento local a partir da sustentabilidade do que ainda resta de sua cultura.

### **A Imagem do Lugar, o Amor, a Saudade e as Potencialidades Turísticas**

Segundo relatos dos índios Tupinambá, Olivença, no tempo do aldeamento, era um lugar bom para morar, devido à tranqüilidade, à liberdade e ao sentimento de pertencimento a um grupo familiar (existe uma relação de parentesco entre os índios Tupinambá). Atualmente, apesar das constantes lutas para garantir o seu espaço enquanto donos das terras que estão ocupadas, na maioria, por brancos, e da falta de serviços de infra-estrutura, de emprego e ensino médio, o local não deixou de ser paradisíaco, tranqüilo e encantador para eles. “Olivença possui riquezas naturais, águas boas, águas doce como as do rio Tororomba”, testemunha o índio Cláudio, um representante local dos Tupinambá. Falando do Morro do Urubu, ponto elevado em Olivença, Cláudio prossegue:

É um morro de uma vista de onde se observa a praia do Itapoá e o Morro do Pernambuco [em Ilhéus]... Pode-se vislumbrar as belezas de Olivença. De lá se tem à sensação do que a gente diz: *o povo Tupinambá é um povo em pé*. O povo em pé é um povo forte que sempre procurou os lugares mais altos para contemplar Tupã, para contemplar seu Deus...

Eles também percebem Olivença como um espaço de luta pela sua sobrevivência.

Lembram das histórias e dos locais da antiga vila que seus antepassados contavam sobre os momentos de resistência à invasão pelos colonizadores portugueses. A praça central, Cláudio Magalhães, com a igreja Nossa Senhora da Escada e as festividades que ali se celebram anualmente são alvo frequentes dessas memórias. “A praça significa a resistência do povo. Tudo começou naquela praça; é toda a força da aldeia”, argumenta a Cacique do grupo. No dizer do índio Cláudio, “a praça tem um significado muito forte; por um certo tempo, era ali que se decidia sobre nossa vida”. A índia Nivalda complementa: “na praça fazemos nossos rituais... Hoje fazemos menos do que antigamente”. Lembra ainda a cacique que “as casas eram todas em volta da praça. Tinha grama...”. “Hoje a praça está de luto”, complementa Valdelice com nostalgia.

Dentro da comunidade, o ponto que os Tupinambá consideram de maior importância é a praça, por ser uma referência histórica e ter um valor cultural e afetivo. É onde vários dos seus antepassados se reuniam, faziam o ritual, reuniões, divertiam-se ... e ali também foram enterrados. “Lá a gente senta para contar histórias e dançar o Poranci” (dança típica dos Tupinambá), diz a índia Valdelice. “Na praça, eu sinto que estou dentro da minha aldeia, na minha casa. Sinto que estou com os pés no chão onde meus avós nasceram”, manifesta-se Nivalda.

Essas lembranças do passado e sentimentos de estarem sendo invadidos fortalecem o argumento de Tuan (1980) de que a apreciação da paisagem é mais pessoal e duradoura quando está mesclada com lembranças de incidentes humanos e que vê na consciência do passado um elemento importante no amor pelo lugar. Segundo ele, “a retórica patriótica sempre tem dado ênfase às raízes de um povo” (p. 114).

Entre seus relatos, os Tupinambá dizem que gostam de lembrar a história que os seus antepassados lhes contavam porque, segundo eles, essa é uma forma de manter viva a memória do lugar. E poder-se-ia até generalizar que recordar as origens é uma estratégia de se manter ou de resgatar uma identidade própria a qual corre o risco de se extinguir, quanto mais o grupo social minoritário se perde na multidão de grupos

dominantes, e à medida que o local tende a se confundir com o global. A este respeito, Barreto (2000, p. 45) argumenta que “recuperar ou manter a identidade, a cor local aparece (...) como uma necessidade generalizada em face da globalização”.

Atualmente os índios sentem sua liberdade reduzida para praticar algumas atividades no local, pois, a praça passou por um processo de reconfiguração, através da dessacralização e profanação do espaço.

Para os Tupinambá, a reconfiguração da praça, foi resultante da decisão do governo municipal de Ilhéus, de substituir parte da grama natural por um piso de cimento, sob a justificativa de mudar o visual estético, na suposição de, com tal medida, proporcionar mais comodidade aos visitantes e, dessa forma, aumentar o fluxo de turistas, principalmente nas festas da Puxada do Mastro de São Sebastião e de São João, contribuindo assim para gerar mais receitas ao Município. O índio Sinval fala a respeito da Puxada do Mastro, dizendo que, em Olivença, ela foi descaracterizada. “Antigamente, os índios tiravam a madeira e faziam com ela as suas festas... o casamento. Com os Jesuítas, foram agregados valores cristãos. Passou a ser uma celebração em devoção ao santo. Hoje, a festa só tem de original a parte da retirada da madeira da mata.” “A festa, hoje, envolve muita gente; antigamente era melhor porque era só nossa”, diz a índia Valdelice. E Sinval completa: “hoje mistura bebida, os políticos aproveitam para fazer suas campanhas eleitorais... é propaganda, trio elétrico...”

Esta transformação do espaço representa um traço do “não lugar”, na linguagem de Marc-Augé (1994) e que, segundo Rodrigues (1989), é resultante da pós-modernidade criadora de desarraigamentos. No entanto, os Tupinambá resistem para manter a “cor do local”, na expressão de Barreto (2000), com suas especificidades, entre elas, a praça no seu estado natural. A perda da “cor local” faz com que os indivíduos se perguntem sobre sua identidade e raízes, sobre sua cultura.

A compreensão de Deus e da religião, para os Tupinambá, conflita com a do homem branco. Para eles, a religião do índio era a natureza. “O índio nunca foi pagão. Ele via

Deus nos fenômenos da natureza, no sol nascer, na lua, nos trovões”, entende o representante indígena, Cláudio. Segundo eles, a relação com o Deus Tupã era muito mais real do que a de hoje, dos não índios, porque os índios dizem que existe Deus pelas matas, pelos rios, pelo trovão, pelo sol que nasce todo o dia. Essa é para eles uma compreensão de respeito, de qualidade. Já, na interpretação de Barbosa (2003, p. 36), “não se pode afirmar que os índios eram religiosos (...) eles nunca tiveram religião no sentido exato da palavra. Fala-se de Tupã como Deus. Tupã era ‘algo sagrado’ e nunca um Deus. Eles temiam certos fenômenos da natureza”.

A igreja Nossa Senhora da Escada, construída no meio da praça do local no século XVIII, representa para os Tupinambá, o sangue derramado pelos seus antepassados, o suor derramado através do trabalho de carregar pedras para construí-la. Representa também, o ponto de partida para a catequização dos índios. Isto significa que a igreja é mais do que um templo para missa solene. É um espaço que traz a memória dos antepassados, e representa a mudança de hábitos e costumes, onde valores e normas do catolicismo foram introjetados para disciplinar e controlar a população indígena. Segundo Couto (2001, p. 48), “a vida na aldeia era organizada pelos jesuítas. O culto religioso a Deus e aos santos da Igreja Católica estava em primeiro lugar. Era preciso catequizar os índios, torná-los civilizados”.

Hoje, em Olivença, muitos dos índios são católicos e também de outras religiões evangélicas. Desse modo, a igreja marca um território onde os índios tiveram que forçosamente se converter ao cristianismo. Na compreensão de Cláudio, que parece conhecer bem a história do índio no Brasil e, particularmente, em Olivença, “a igreja Nossa Senhora da Escada foi construída para reforçar a questão do aldeamento jesuítico”. “A igreja afirma a vinda dos jesuítas que catequizaram os índios, impuseram a sua fé religiosa, o catolicismo”, reforça Sinval.

A tradicional “Puxada do Mastro de São Sebastião”, nos relatos dos Tupinambá, era uma festa religiosa, bonita, feita pelos índios que faziam oferenda ao santo como forma de se livrar das doenças. Para isso eles teriam que trazer uma árvore numa corda,

de forma bruta, no sacrifício, e pregar em frente à Igreja Nossa Senhora da Escada. “É uma promessa muito antiga...”, diz Valdelice, “quando teve uma epidemia... então os índios fizeram essa promessa... se São Sebastião curasse a aldeia, eles iriam puxar o mastro da mata até o altar de Nossa Senhora da Escada. Como teve essa cura, eles começaram a fazer essa festa, e ficou como tradição.” Com a transformação do local em Estância Hidromineral, sob a administração municipal, a Puxada do Mastro tornou-se uma celebração de caráter comercial, argumentam.

Os representantes indígenas entendem que houve uma transformação do rito sagrado para o profano. Couto (2001, 177), entretanto, argumenta que a festa resulta da cristianização realizada pela Companhia de Jesus, e sempre teve caráter religioso e profano.

Com relação à atividade turística em Olivença, os Tupinambá consideram-na importante para o desenvolvimento local. Dizem que, tempos atrás, essa atividade contribuiu para a sobrevivência dos seus parentes, pois, eles vendiam o artesanato, as comidas, as bebidas medicinais, entre outras coisas. Com o passar dos anos, os turistas foram explorados por comerciantes que ali se estabeleceram, resultando na decadência do turismo. Conforme testemunham, as pessoas já não conseguem sobreviver desta atividade. Entre os motivos relatados para a queda do fluxo de turistas e a conseqüente queda na geração de renda para o local, estão o elevado preço das diárias e a contaminação das praias através dos resíduos sólidos vindos de pousadas. “Tem esgoto que cai na praia, prejudicando o turismo; falta infra-estrutura; as pousadas e o mercado são caros, assustando os turistas que vem para Olivença... eles até se divertem, mas não gastam e não geram emprego... e a comunidade fica prejudicada”, desabafa o índio Sinval.

Sobre a relação entre a comunidade indígena e os turistas, afirma-se que sempre foi positiva. Os Tupinambá consideram que a vinda do turista é muito importante para o lugar, e destacam nessa importância o fator econômico. Argumentam que é uma oportunidade de mostrarem e comercializarem os produtos do seu trabalho e de sua cultura, como a cocada, as bebidas e o artesanato. “Meus parentes acolhem bem os visi-

tantes... Os índios nativos de Olivença, recebem os visitantes com muito carinho”, defende Sinval.

## Conclusão

Os Tupinambá mostram-se conhecedores de sua história, empenhados em trazer na memória os seus antepassados, valorizam a paisagem e a riqueza natural do local, são críticos em relação à prática do turismo no local, dispostos a manter uma boa relação com os turistas e dispostos a reconstruir sua identidade e a identidade do local a partir de suas raízes no passado. Com tal propósito, insistem em relatar a história dos seus antepassados e a relação deles com os pontos mais significativos para o grupo, em Olivença. Percebe-se que existe uma consciência e uma nostalgia pelos espaços perdidos, através dos anos, na luta desigual contra a ocupação do branco e do capital. Apesar da descaracterização do local através da ação impensada do branco que traz consigo os valores de interesse imediato do capital, o índio assimilou valores capitalistas e descobriu que, de repente, a volta ao passado pode tornar-se uma boa fonte de recursos no presente.

Até que ponto essa consciência e nostalgia brotam de dentro do grupo ou é um fenômeno construído a partir do próprio processo “civilizatório”, no entanto, é uma questão para ser discutida. Uma vez conscientizados das suas potencialidades, entretanto, o desrespeito a essa consciência, isto é, à imagem mental que o índio de Olivença faz do seu local, pode resultar em conflitos sociais, culturais, econômicos e degradação do patrimônio natural existente no local. O índio está à espera do turismo para fazer dele a base de sustentação do grupo, mas não aceita mais ficar de fora do planejamento e gestão desse processo.

Apesar das mudanças introduzidas pela apropriação dos espaços para especulação imobiliária, os Tupinambá ainda se identificam e alimentam um amor por Olivença. Isto ocorre porque a imagem que fazem do ambiente está relacionada com a história e o elo afetivo com os antepassados que ali residiram. É a predominância da topofilia relacionada com a história do lugar. A história de Olivença se mistura com a his-

tória indígena. Mudar isto através de um turismo descompromissado com o passado significa uma agressão ambiental porque fere nos sentimentos profundos de um grupo social que contribuiu na definição das imagens que hoje se fazem do local.

Uma política que faça de Olivença um “lugar turístico”, para usar a expressão de Cruz (2003), sustentável, teria necessariamente que partir do que a comunidade indígena pensa sente e faz, bem como das características naturais de uma estância hidro-mineral a beira mar, sob pena de se continuar a velha prática do turismo descaracterizador da cultura nativa e do patrimônio natural. Neste sentido, o resgate histórico e a defesa do patrimônio territorial, ambiental e cultural do povo Tupinambá de Olivença, bem como a garantia da identidade e sobrevivência, através do turismo, reconstituindo e cultuando a história do local por meio de seus signos, como a Igreja Nossa Senhora da Escada, a Praça Cláudio Magalhães no seu estado natural, o Balneário Tororomba e a Puxada do Mastro de São Sebastião representa um relevante subsídio ao planejamento para desenvolvimento sustentável do local. O recente reconhecimento enquanto índios, a possibilidade da recuperação da língua tupi e a demarcação das terras já representam algumas conquistas nesta direção.

### Referências

- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução de Maria Lúcia Pereira. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- BARBOSA, Carlos Roberto Arléo. *Notícia histórica de Ilhéus*. 4. ed. Itabuna, BA: Colorgraf, 2003.
- BARRETTO, Margarita. *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. 2. ed. São Paulo: Papirus, 2000.
- COMUNIDADE TUPINAMBÁ. *Índios na visão dos índios*. Salvador: Sebastián Gerlic, 2002.
- COUTO, Edilece Souza. *A puxada do mastro de São Sebastião: transformações históricas da festa de São Sebastião em Olivença*. Ilhéus, BA: Universidade Livre do Mar e da Mata, 2001.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Introdução à geografia do turismo*. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.
- FERRARA, Lucrecia D’Alésio. *Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental*. São Paulo: FAPESP/EDUSP, 1999.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico de 2000. Resultado do universo relativo às características da população e dos domicílios, v. 18. Bahia.
- KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph, 2001.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1994. 662 p. (Coleção Tópicos)
- \_\_\_\_\_. Textos selecionados. In: *Coleção os pensadores*. Tradução Marilena Chauí; Nelson A. Aguilar; Pedro de S. Moraes. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- OLIVEIRA, Livia de. *Contribuição dos estudos cognitivos à percepção geográfica*. Geografia, v. 2, n. 3, 1977, p. 61-72.
- RODRIGUES, Adir Balastrieri. Turismo local: oportunidades para inserção. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Turismo e desenvolvimento local*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.
- SILVA, Yolanda Flores e. Pobreza, violência e crime: conflitos e impactos sociais do turismo sem responsabilidade social. In: BANDUCCI JUNIOR, Álvaro; BARRETTO, Margarita (Orgs.). *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Campinas- SP: Papirus, 2001.
- TUAN, Y-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.
- VINHAES, José Carlos. *São Jorge dos Ilhéus: da capitania ao fim do século XX*. Ilhéus, BA: Editus, 2001.
- YÁZIGI, Eduardo. *A alma do lugar*. São Paulo: Contexto, 2001.

